

COMUNICAÇÃO  
EIXO TEMÁTICO - JUVENTUDES E DIVERSIDADE  
**UM RECORTE SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA NA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Fernanda Almeida Ribeiro Zatti, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),  
fernandaaribeiro@hotmail.com

Mirela Figueiredo Iriart, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),  
mifis36@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo originou-se de uma pesquisa dissertativa no campo da Educação e buscou mapear a presença indígena entre os estudantes matriculados na Universidade Estadual de Feira de Santana, no semestre letivo 2018.2, contextualizando como esses estudantes estão distribuídos nos cursos de graduação, quais suas etnias, idades, assim como as motivações que estabelecem para a escolha do curso na graduação. Para tanto, foram utilizados dados produzidos a partir de três fontes: informações institucionais, análise do Relatório da Política de Ações Afirmativas da UEFS: o sistema de reserva de vagas 2007-2017 e a aplicação de um questionário estruturado sobre a vida estudantil. Observamos que os estudantes se deparam com uma multiplicidade de variáveis no percurso acadêmico, que incluem a diferença cultural, a distância do seu povo e da sua família, suas necessidades espirituais, situações de preconceito, dentre outros, e que compõem a experiência universitária indígena no processo de afiliação estudantil. O estudo visa contribuir com o fortalecimento das políticas de ações afirmativas e permanência, levando em consideração a diversidade cultural no seio da universidade como fator prioritário. Nesse sentido, concebendo o cenário atual, faz-se importante ampliar a visibilidade sobre essas questões na comunidade acadêmica, no sentido de contribuir para um ensino superior inclusivo.

**Palavras-Chave:** Estudantes Indígenas, Política de Ações Afirmativas, Ensino superior.

**Introdução:**

A pesquisa realizada no âmbito do Mestrado em Educação teve como objetivo principal compreender os processos subjetivos e a permanência simbólica dos estudantes indígenas na Universidade Estadual de Feira de Santana. Neste artigo iremos apresentar um dos seus objetivos específicos, qual seja o de contextualizar a presença dos estudantes indígenas na instituição, traçando, assim, um mapeamento necessário para pensarmos no ingresso e permanência desses estudantes, buscando contribuir para as políticas estudantis com especificidade para as questões que atravessam os modos de vida e cultura dos povos indígenas do Nordeste.

Em todo o percurso das instituições universitárias, o acesso dos indígenas foi inexpressivo ou com presenças concentradas em cursos predeterminados socialmente. Com isso, muitas ações coletivas se fizeram necessárias através dos movimentos e lutas sociais,

para que o cenário fosse modificado. A articulação desses grupos como sujeitos de direitos vislumbrava uma construção social mais participativa e democrática, exercendo a resistência e a participação necessária nos processos políticos.

A partir dos anos 2000, com as políticas de ações afirmativas, os estudantes indígenas fazem-se presentes de modo mais expressivo nas universidades, inclusive na UEFS. Fundada em 1976, a instituição está situada na cidade de Feira de Santana e até a chegada da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) em 2010, era a única instituição pública de ensino superior da região. Oferece atualmente 28 cursos de graduação e detém 32 programas de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, possuindo grande expressão na área de pesquisa, ensino e extensão<sup>1</sup>.

O trabalho justifica-se pelo número reduzido de estudos voltados para a permanência simbólica dos estudantes indígenas no ensino superior, sobretudo em instituições baianas, e pela precariedade ainda existente na sistematização de informações sobre esses estudantes no ensino superior, inclusive evidenciada na Universidade Estadual de Feira de Santana.

São poucos os escritos encontrados sobre os índices dos povos indígenas do Nordeste, quando existem, são antigos e desatualizados, pois há grande oscilação em seus números e informações, uma vez que geralmente ocorrem processos de ressurgimento étnico de povos na região. O pesquisador José Augusto Laranjeiras Sampaio<sup>2</sup> justificou que por se tratarem de movimentos sociais, precisar os números sobre grupos indígenas possui a característica de dinamicidade e variação e afirmou que podem ser considerados atualmente mais de 70 povos indígenas no Nordeste.

Ao ser entrevistado, o pesquisador explica ainda que quando os estudiosos da área mencionam os povos indígenas do Nordeste, este não compreende geograficamente a região do nordeste brasileiro. Segundo o movimento indígena, há uma outra configuração de nordeste, estabelecida pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Ou seja, os índios do nordeste envolvem os povos pertencentes a dez estados: oito do nordeste<sup>3</sup> (desconsiderando o Maranhão<sup>4</sup>) e acrescidos os povos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Esses recortes e

---

<sup>1</sup> Dados obtidos no site da Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>2</sup> José Augusto Laranjeiras Sampaio é antropólogo, professor da Universidade do Estado da Bahia, pesquisador associado do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA) e com destacada experiência de pesquisa com as comunidades indígenas.

<sup>3</sup> Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

<sup>4</sup> O Maranhão pertence à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e, portanto, é considerado parte da região Amazônia Legal.

subdivisões devem-se à afinidade e semelhança entre os povos durante o movimento de organização.

Os estudantes indígenas da UEFS pertencem à Bahia e Pernambuco, estados nordestinos com maior presença indígena. José Augusto esclareceu que a Bahia possui aproximadamente vinte e três (23) povos, distribuídos em trinta e três (33) municípios. Segundo ele, esse número tem sido apresentado pelo Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA) em seus encontros e ações. São eles: Atikum, Catrimbó, Fulni-ô, Kaimbé, Kambiwá, Kantaruré, Kapinawá, Kariri-Xokó, Kiriri, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Payáyá, Potiguara, Tapuia, Truká, Tumbalalá, Tupinambá, Tuxá, Tuxi, Xukuru-Kariri e Xakriabá. E em Pernambuco, por sua vez, estão presentes doze povos: Atikum, Fulni-ô, Ipipã, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Pankayuká, Truká, Tuxá, Tuxi do Caxauí e Xukuru.

Pensando, portanto, na etnicidade dos povos indígenas do Nordeste, que abarca os estudantes indígenas pesquisados da UEFS, existem elementos que os particularizam, distinguindo-os dos demais através dos seus símbolos, sua cultura e seus rituais na expressão das suas identidades, como sinaliza Grunewald (2008, p. 44):

Um ponto, portanto, que se torna logo evidente na configuração cultural emblemática dos índios do Nordeste é a posse de um símbolo comum, o compartilhar de uma ideologia expressa ritualmente que, embora com conteúdos e formatos alterados entre muitas dessas comunidades, é recorrente ao informar (e constituir) a indianidade nordestina.

A religiosidade encontra-se entranhada no cotidiano dos povos indígenas. Os encantados são entidades espirituais para as quais muitas expressões ritualísticas são oferecidas e que, por vezes, são consultados através da invocação dos seus espíritos no sentido de dar orientações para as atitudes do povo. Essas práticas costumam ser realizadas através dos rituais, que sofrem variações dentre as diversas etnias indígenas. O principal ritual indígena que pode ser visto na UEFS em determinados momentos é o Toré, “ritual amplamente praticado entre os índios do Nordeste, que figura como um dos principais elementos que caracterizam a identidade dos povos indígenas da referida região etnográfica do Brasil” (COUTO, 2008, p. 150). O toré pode aparecer como ritual propriamente dito ou em momentos de descontração e brincadeira.

Outro elemento forte dos índios do Nordeste é a jurema. De acordo com Grunewald (2008, p. 43), “a jurema (...) pode ser uma planta, uma bebida e uma entidade. De fato, há uma série de espécies botânicas referidas como jurema”.

Em oposição ao que se pensava sobre o enfraquecimento étnico dos povos do Nordeste, que incorreria no seu desaparecimento enquanto grupo, com a integração deles na sociedade regional, o que se observa é muito diferente. Segundo Grünewald (2008, p. 44), “o que se assinala atualmente é um conjunto de processos de revigoração das culturas específicas desses povos”.

Os resultados do Censo 2010 indicam que os indígenas no Brasil possuem escolaridade mais baixa que população não indígena e aponta maiores índices de analfabetismo para as gerações indígenas mais velhas, enquanto os mais jovens são em sua grande maioria alfabetizados. Vale destacar também que os indígenas que residem fora das terras indígenas possuem maior nível de escolaridade em comparação com os que se encontram nas terras indígenas

A partir dos anos 2000 houve uma grande ampliação das vagas nas instituições de ensino superior, favorecendo a inserção de jovens que antes não vislumbravam o acesso ao ensino superior como uma realidade possível. As políticas de ações afirmativas vieram proporcionar as reparações históricas a esses grupos e são responsáveis pela diversidade cultural que atualmente pode ser vista nas universidades, contexto completamente diferente do vigente até então.

Através da democratização do acesso, os jovens indígenas foram inseridos na universidade. Sua presença mais expressiva nesse cenário é uma realidade recente e aos poucos torna-se crescente o número de estudos voltados para esses jovens indígenas universitários, buscando contribuir para a compreensão desse novo estudante na perspectiva intercultural e sua vivência no contexto universitário.

Os estudos de Amaral (2010); Ressurreição (2015) e Souza (2016) indicam a necessidade de amadurecimento das instituições de ensino superior para lidarem com as fronteiras interculturais e, para isso, devem estar abertas a conhecer esses jovens em maior profundidade, assim como suas demandas, afirmando suas identidades e pertencimentos em direção a uma universidade verdadeiramente inclusiva.

### **O Percorso Metodológico:**

A trajetória metodológica da pesquisa, de base qualitativa, foi se configurando a partir da estruturação de um panorama sobre os estudantes indígenas na UEFS, construído por meio das informações institucionais<sup>5</sup> sobre os estudantes inseridos na instituição no semestre letivo

---

<sup>5</sup>Fornecidas pela Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UEFS.

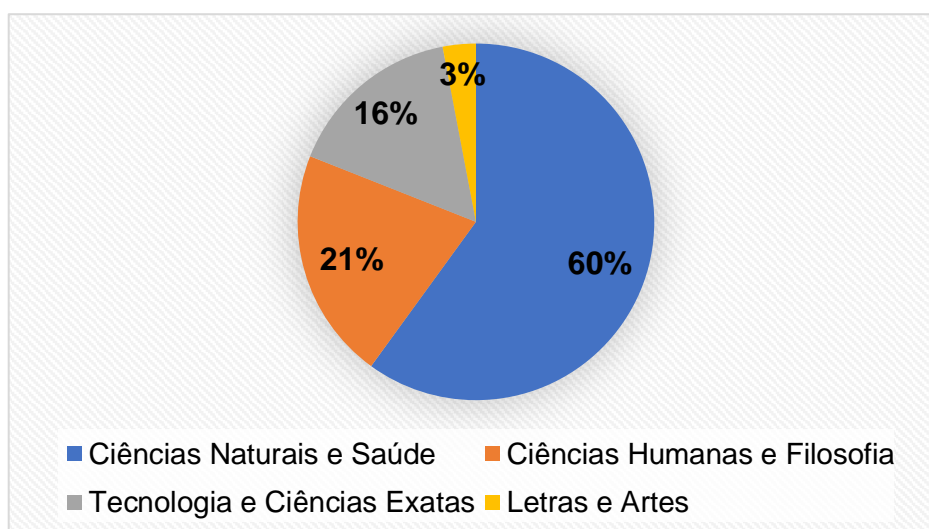
2018.2; informações trazidas pelo Relatório da Política de Ações Afirmativas da UEFS: o sistema de reserva de vagas 2007-2017 e a aplicação de um questionário estruturado sobre a vida estudantil<sup>6</sup> aos 62 estudantes indígenas matriculados no semestre 2018.2. Alguns questionários foram aplicados presencialmente na Residência Indígena, outros enviados por e-mail. Para esses últimos, foi cuidadoso entrar em contato individualmente por telefone antes do envio. Foram devolvidos ao todo 29 questionários preenchidos, totalizando 47% do total dos estudantes.

### **Os estudantes indígenas na UEFS: quem são, de onde vem e quais os desafios da chegada**

Em 2018.2 a instituição contava com a presença de sessenta e dois (62) estudantes em seus cursos de graduação, ingressantes no ensino superior através do sistema de reserva de vagas étnico-raciais. Para terem acesso à UEFS através da política de ação afirmativa, o estudante indígena deve ser aldeado (residir na aldeia), autodeclarar-se indígena e possuir uma declaração da comunidade da qual faz parte reconhecendo-o como membro da aldeia.

A UEFS organiza seus cursos em quatro áreas de conhecimento: Tecnologia e Ciências Exatas, Ciências Humanas e Filosofia, Letras e Artes e Ciências Naturais e Saúde e na figura 01 pode ser analisada a representação ilustrativa da distribuição dos estudantes indígenas por área:

Figura 01 - Distribuição dos Estudantes Indígenas por área na UEFS



<sup>6</sup> Foi utilizado como base um instrumento desenvolvido para o projeto de pesquisa do Grupo Trace *Processos de Ingresso no Ensino Superior: transições, suportes e arranjos entre jovens universitários*, do qual fazemos parte, tendo sido necessárias algumas alterações para melhor adaptação ao contexto indígena. Foram inseridas questões sobre a etnia, o exercício de rituais religiosos na universidade, se estudou em escola indígena anteriormente e menções à sua comunidade de origem. Além disso, incluídas questões relacionadas ao NAPP e à PROPAAE.

Fonte: Divisão de Assuntos Acadêmicos – DAA/PROGRAD/UEFS.

Ciências Naturais e Saúde era a área que comportava o maior número de estudantes indígenas, com 37 estudantes, representando aproximadamente 60% (59,67%) do total dos indígenas na instituição. Nesse universo, Odontologia era o curso mais procurado, com 15 estudantes (24,19%) e, em seguida, Agronomia com 8 (12,90%). Enfermagem contava com 7 matriculados (11,29%), Medicina possuía 4 (6,45%) e Educação Física, 3. Apenas dois cursos não possuíam estudantes indígenas no quadro: Ciências Biológicas e Farmácia<sup>7</sup> (figura 11). A área de Ciências Humanas e Filosofia possuía 13 estudantes indígenas, representando aproximadamente 21% (20,96%) do número total. Direito era o curso com maior expressão, possuindo 8 estudantes matriculados (12,90%). Psicologia possuía 2 representantes (3,22%) e História, Filosofia e Administração contavam com 1 (1,61%) em cada curso. Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geografia e Pedagogia não possuíam estudantes indígenas matriculados.

A área de Tecnologia e Ciências Exatas possuía 10 estudantes indígenas (16,12%), tendo Engenharia Civil 6 integrantes desse total (9,67%). Os cursos de Engenharia da Computação e Engenharia de Alimentos possuíam 2 estudantes cada (3,22%). Licenciatura em Matemática, Licenciatura e Bacharelado em Física e Licenciatura em Química não possuíam estudantes indígenas matriculados. A área de Letras e Artes é a que possuía menor representatividade, com apenas 2 estudantes (3,22%): 1 no curso de Letras com Inglês e 1 no curso de Letras com Espanhol. Não possuíam estudantes indígenas os cursos de Letras Vernáculas, Letras com Francês e Licenciatura em Música.

A partir dos dados obtidos através do “Relatório da Política de Ações Afirmativas da UEFS: o sistema de reservas de vagas 2007-2017” registro institucional referente aos dez primeiros anos da política, pôde-se compreender como se deram a inserção e permanência dos estudantes indígenas. Os gráficos e informações dos indígenas no citado relatório são trazidos em paralelo aos dados dos estudantes quilombolas, pois ambos representam a reserva de vagas extras<sup>8</sup>.

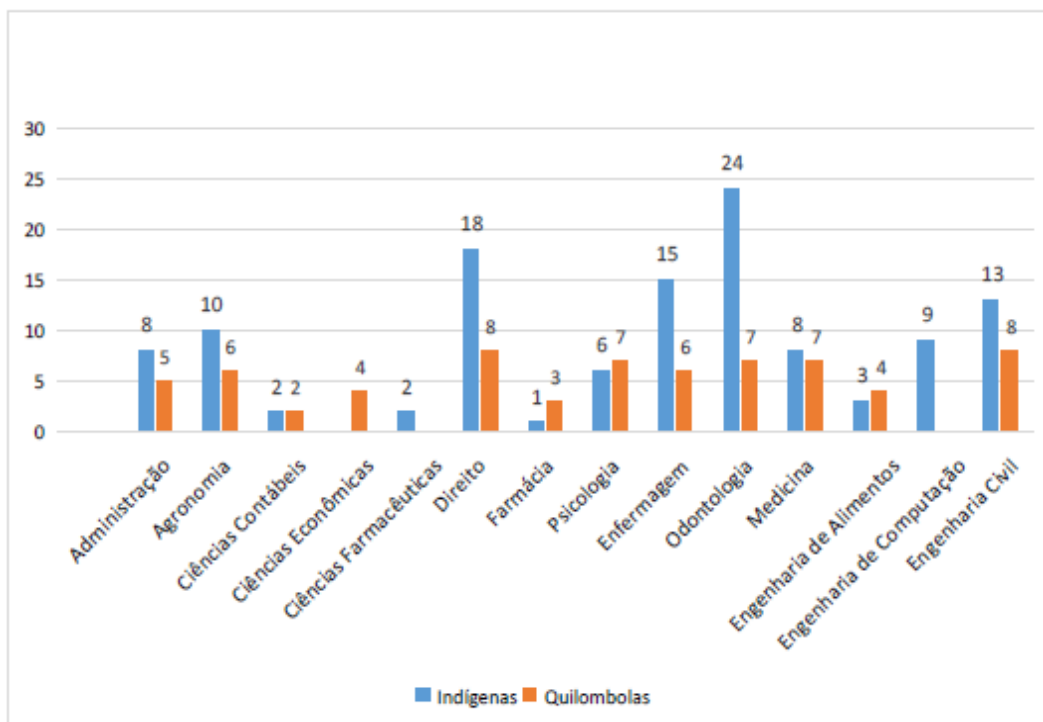
Nas figuras 2 e 3, abaixo, é possível observar a inserção dos estudantes indígenas na universidade em todos os processos seletivos realizados entre 2007.1 e 2017.2, por cursos. No primeiro encontram-se os cursos de bacharelado, enquanto no segundo, estão os cursos de licenciatura.

---

<sup>7</sup> Fonte: Divisão de Assuntos Acadêmicos – DAA/PROGRAD/UEFS

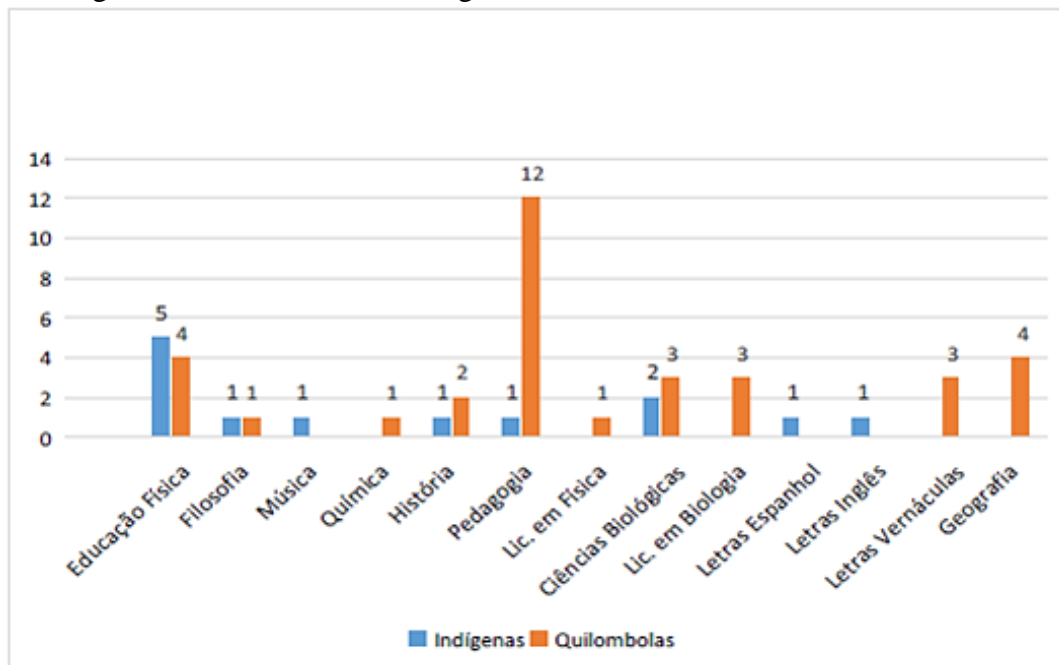
<sup>8</sup> Pois de acordo com a política de ações afirmativas da UEFS, já mencionada anteriormente neste trabalho, 2 vagas extras são disponibilizadas em cada curso para estudantes indígenas e quilombolas.

Figura 2 - Matriculados nas vagas extras – Bacharelados 2007.1 – 2017.2



Fonte: PROPAAE/CPAFIR/UEFS, 2018, p. 57.

Figura 3 - Matriculados nas vagas extras – Licenciaturas 2007.1 – 2017.2



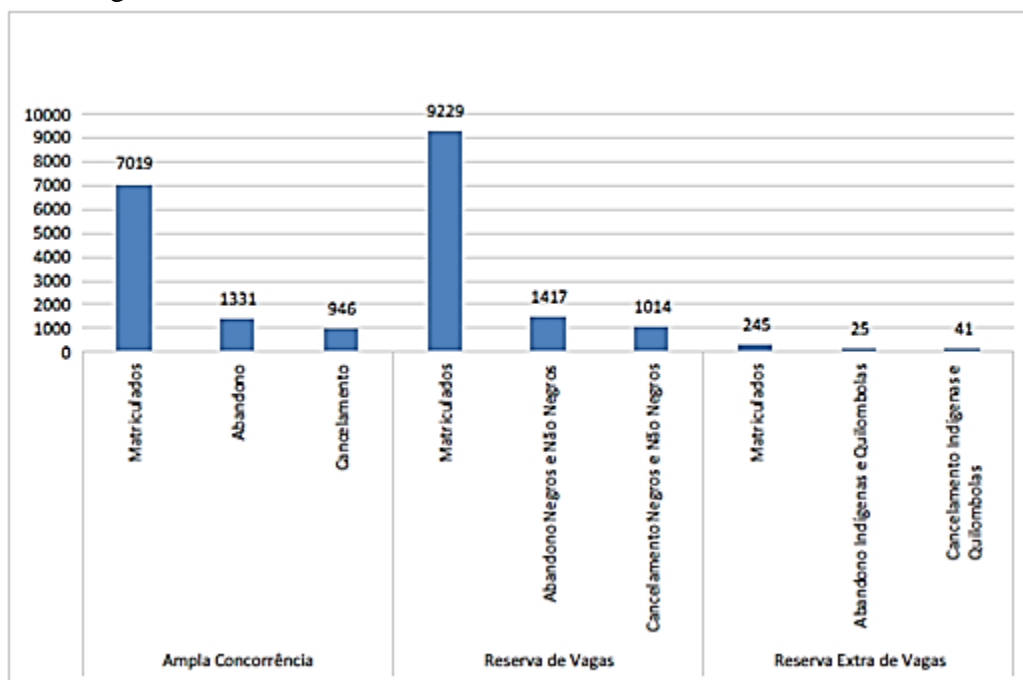
Fonte: PROPAAE/CPAFIR/UEFS, 2018, p. 57.

De modo geral, o relatório sinaliza que o ingresso dos estudantes indígenas na UEFS não foi feito de forma satisfatória, visto que “há cursos cujas vagas não foram preenchidas e outros nos quais o preenchimento ocorreu de modo parcial” (UEFS, 2018, p. 56). O número

de vagas que ficam ociosas a cada processo seletivo gera um déficit de estudantes que deveriam estar usufruindo a universidade e não estão tendo acesso a ela.

Ainda na análise relativa aos anos iniciais da política, na figura 4, abaixo, concentram-se os dados referentes aos estudantes indígenas matriculados e os que abandonaram ou cancelaram o curso.

Figura 4 - Matriculados x Abandono x Cancelamento 2007.1 – 2017.2

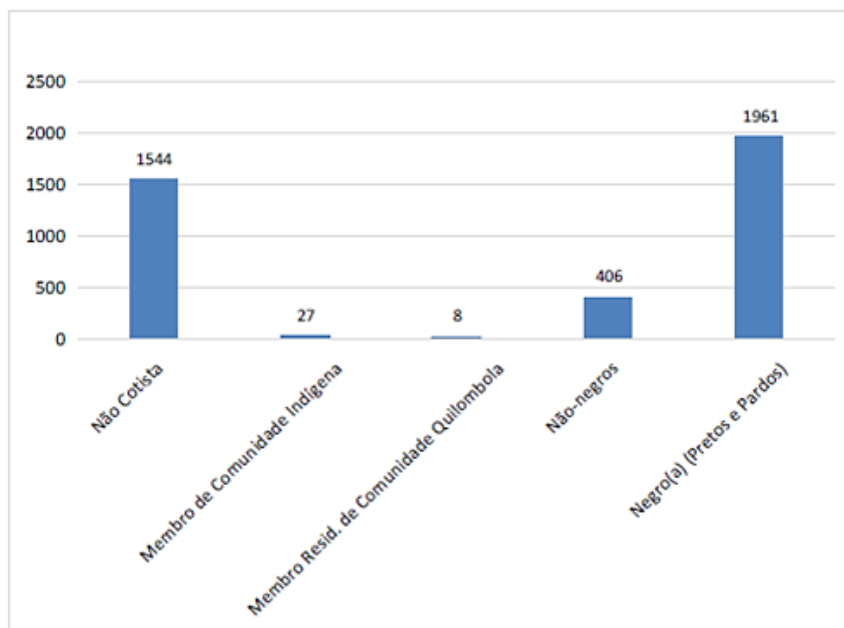


Fonte: PROPAAE/CPAFIR/UEFS, 2018, p. 61.

Ao todo, a instituição contou com a presença de 245 indígenas e quilombolas matriculados desde o início da reserva de vagas, sendo que 66 (27%) destes evadiram, tendo sido 25 por abandono e 41 por cancelamento. O relatório não desmembra os dados entre os dois grupos citados, não sendo possível dessa forma precisar quantos destes são estudantes indígenas. Todavia esses números tornam-se importantes para uma aproximação sobre o quadro comparativo com os demais grupos favorecidos pela política afirmativa na instituição. Nesse sentido, a figura 5, a seguir, apresenta os dados em relação aos estudantes já graduados:

Figura 5 - Graduados por Categoria 2007.1 – 2017.2



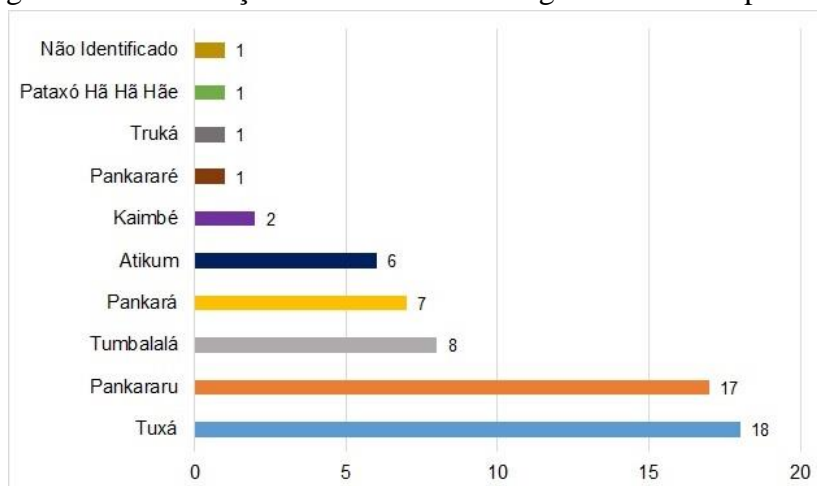


Fonte: PROPAAE/CPAFIR/UEFS, 2018, p. 80.

De acordo com a figura, 27 estudantes indígenas já concluíram seus cursos de graduação na UEFS. Esse número representa, portanto, 0,7% do total dos estudantes graduados (3.946) na instituição no período descrito.

Em relação à representatividade dos grupos étnicos, a instituição possuía estudantes de 9 etnias diferentes: eram 6 (seis) estudantes Atikum, 1 (um) Pataxó Hã Hã Hãe, 2 (dois) Kaimbé, 7 (sete) Pankará, 1 (um) Pankararé, 17 (dezesete) Pankararu, 8 (oito) Tumbalalá, 18 (dezoito) Tuxá, 1 (um) Truká, além do caso de 1 (um) estudante que no seu registro na universidade “não consta a informação a respeito da etnia”, totalizando os 62 estudantes (figura 15). As etnias presentes se dividiam entre oriundas da Bahia e do estado de Pernambuco.

Figura 06- Distribuição dos Estudantes Indígenas na UEFS por etnia



Fonte: Divisão de Assuntos Acadêmicos – DAA/PROGRAD/UEFS

Refletindo sobre a maior presença de estudantes Tuxá e Pankararu, em comparação com as demais etnias, podemos pensar que se deva ao fato dessas etnias possuírem escolas em suas comunidades há algum tempo e serem mais escolarizadas, talvez proporcionando aos jovens a conclusão do ensino médio com mais facilidade que outras com maior dificuldade no acesso à educação básica.

Em relação ao recorte de idade, os estudantes possuíam entre 17 e 27 anos, com exceção 2 (dois) estudantes com 30 anos, 1 (um) estudante com 39 e 1 com 50 anos. As informações encontradas sobre a faixa etária puderam confirmar que quase a totalidade dos estudantes indígenas universitários são jovens, considerando que a juventude compreende pessoas dos 15 aos 29 anos, de acordo com a Política Nacional de Juventude. Em uma análise por sexo, no semestre letivo 2018.2 estavam matriculados 31 (trinta e um) estudantes indígenas de cada sexo, ou seja, exatos 50% dos jovens do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

Com relação aos dados dos questionários aplicados durante a pesquisa, 29 (vinte e nove) participantes responderam-no, configurando 47% do total dos estudantes indígenas da UEFS (62 estudantes).

A partir dos questionários, em relação à renda mensal do grupo familiar, 65,5% (19 estudantes) responderam que a família possui renda compreendida entre 1 a 3 salários mínimos<sup>9</sup>. Além disso, as famílias são mais numerosas, pois 75,9% (22 pessoas) possuem um total de 3 a 5 pessoas residentes na sua casa (de origem).

Sobre a realização de rituais religiosos na universidade, 64,3% (18 estudantes) indicaram *sim*, 3,6% (1 estudante) respondeu que *difícilmente* e 32,1% (9 estudantes) sinalizaram que *não* os realizam na UEFS. A respeito da escolaridade, a imensa maioria dos estudantes cursou toda a escolarização básica em instituições públicas.

Em relação à educação infantil, esse quantitativo é de 93,1% (27 estudantes), o ensino fundamental I (1º ao 5º ano) alcança 96,9% (28 estudantes), o ensino fundamental II (6º ao 9º ano), 92,9% (26 estudantes), e o ensino médio, por sua vez, 93,1% (27 estudantes).

O questionário demonstrou que 65,5% (19) dos participantes estão em sua primeira experiência no ensino superior. Contudo, 62,1% (18) não foram aprovados em seu primeiro vestibular, tendo sido necessárias algumas tentativas para ingresso.

Aproximadamente 90% dos estudantes (26) não trabalham, dedicando-se integralmente ao curso de graduação. Apenas 13,8% (4 estudantes) já trabalharam em atividade remunerada em algum momento da vida, atuando no ramo do comércio.

---

<sup>9</sup> O que equivale à faixa entre R\$ 998,00 a R\$ 2.994,00, atualmente.

De acordo com a motivação para a escolha do curso, alguns estudantes assinalaram mais de uma opção. Para 58,6% das respostas (17), a *identificação com a profissão* foi o fator preponderante e 44,8% (13) registraram que *contribuir com sua comunidade* encontra-se entre os seus objetivos com a escolha do curso. Merece destaque que apenas 17% (05) tenham assinalado o *mercado de trabalho*, além de que nenhum estudante (0%) escolheu o curso devido à sua *flexibilidade de tempo*. Diante dos dados nesse último quesito, pode-se observar que os fatores simbólicos possuem mais relevância para os estudantes indígenas no momento das escolhas pela graduação, ao passo que os fatores materiais/operacionais ficam em segundo plano.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho, foi traçada uma contextualização dos estudantes indígenas na UEFS, nos aproximando das motivações que os estudantes estabelecem para a graduação, de como os percursos formativos têm sido vivenciados no cotidiano da vida estudantil e dos recursos de ordem material e simbólica que os estudantes acessam como suportes imprescindíveis para permanecerem no ensino superior.

A pesquisa demonstrou que embora possuam muitas similaridades por fazerem parte dos povos indígenas do Nordeste, pertencem a diferentes grupos étnicos, e na relação com a instituição, desenvolvem trajetórias de vida e formativa inteiramente singulares. Ademais, deparam-se com uma multiplicidade de variáveis como a diferença cultural, a distância do seu povo e da sua família, suas necessidades espirituais, situações de preconceito, dificuldades iniciais como a aprendizagem de conhecimentos novos, dentre outros, que compõem a experiência universitária indígena e precisam ser levadas em consideração quando se busca compreender o processo de afiliação estudantil.

Foi evidenciada também a necessidade de desconstrução de estereótipos na instituição e a necessidade de estabelecimento de uma convivência pautada no respeito e empatia. A garantia do acesso nem de longe exaure a luta em busca da igualdade e da inclusão. A comunidade acadêmica sente as mudanças nos doze anos de política afirmativa, mas ainda é necessária uma longa caminhada para que perceba a força e o potencial da diversidade, para que todos possam ser realmente acolhidos, integrados, para além de inseridos.

### **Referências**

AMARAL, Wagner Roberto do. **As Trajetórias dos Estudantes Indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná**: sujeitos e pertencimentos. Curitiba. 2010. 594 f. Tese

(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

COULON, Alain. **A Condição de Estudante:** a entrada na vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: Edufba, 2008.

GRÜNEWALD, R. A. Toré e Jurema: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**, vol.60, nº 4. São Paulo, Out 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** características gerais dos indivíduos. Rio de Janeiro, p.1- 245, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010:** primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf). Acesso: 19 dez. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil Indígena.** 2009. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>. Acesso: 23 mai. 2019.

RESSURREIÇÃO, Sueli Barros da. **Jovens Indígenas Universitários:** experiências de transições e etnogênese acadêmica nas fronteiras interculturais do desenvolvimento. Salvador. 2015. 414 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Ana Claudia Gomes de. **“Passou? Agora é luta!”** Um estudo sobre ações afirmativas e a presença de jovens estudantes indígenas na Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2016. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. **Relatório da Política de Ações Afirmativas da UEFS:** o sistema de reservas de vagas 2007-2017. Feira de Santana, 2018. Disponível em: [http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/relat\\_acoes\\_afirmativas\\_uefs\\_2018.pdf](http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/relat_acoes_afirmativas_uefs_2018.pdf). Acessado em 12 jan. 2019.